



PRÓLOGO

Liliana Rodrigues²

A presente obra, intitulada “Formação Docente, Cidadania e Direitos Humanos”, integra, na forma de coletânea, 13 capítulos de pesquisadores/as e professores/as brasileiros/as. A linha condutora de todos os trabalhos é a Educação para os Direitos Humanos. As temáticas espelham, sob diferentes perspectivas, a diversidade na educação e a construção de Direitos Humanos, através de capítulos que abordam, nomeadamente: o preconceito e a discriminação na escola; a formação da cidadania; o gênero e as sexualidades; as relações ético-raciais; a inclusão digital e a educação inclusiva.

Apresentar-se-á, em seguida, os capítulos e os temas centrais que cada um defende.

O primeiro capítulo, que se intitula “APONTAMENTOS SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NA ESCOLA”, da autoria de Antonia Zulmira Da Silva, problematiza a relevância da formação em Direitos Humanos na formação em educação básica e a incontornável importância da formação básica para a construção de seres humanos de valor. Além de trazer para a discussão a pertinência de pensarmos o contexto escolar como um contexto que espelha a diversidade humana nas suas múltiplas pertenças identitárias e interseccionais (e.g., sexo/gênero, “raça”, etnia, idade, classe), questiona também a importância de traçar novos caminhos na formação dos/as professores/as, para que se possa igualmente formar seres humanos de valor, centrados nos Direitos Humanos e no compromisso com o trabalho e a vida.

Já o segundo capítulo, cujo tema é: “DOS DIREITOS UNIVERSAIS AOS DIREITOS PLURIVERSAIS: TRANSVERSALIZAR CONTEÚDOS PARA DESCOLONIZAR A ESCOLA, de Marina Pereira de Almeida Mello, que assume um posicionamento crítico do seu “lugar de fala, locus de enunciação, corpo-política do conhecimento”, problematiza que uma educação efetivamente transformadora só é aquela que atender à crítica nos conteúdos a lecionar, questionando as estruturas e ideologias eurocêtricas que compõem a própria escola e a sua pedagogia. Trata também da educação que deve estar atenta às assimetrias de poder sobre as identidades que são subalternizadas, para que efetivamente se produza uma educação transformadora nos contextos, nos métodos pedagógicos e nas pessoas.

No terceiro capítulo, intitulado “CONHECIMENTO E REFLEXÃO: ARMAS DOCENTES CONTRA O PRECONCEITO NA SALA DE AULA E NA VIDA”, Elisabeth Ramos da Silva refere-se precisamente à importância do questionamento e da problematização de preconceitos em sala de aula, reforçando a responsabilidade dos/as professores/as no combate ao preconceito e o quanto isso se reflete também na vida cotidiana.

O quarto capítulo, com o tema “OS DESAFIOS DAS CONTRADIÇÕES SOCIOAFETIVAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR E SUAS INFLUÊNCIAS NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA”, de Maria de Lourdes Ramos da Silva, apresenta os desafios da educação escolar numa formação em cidadania, referindo-se à responsabilidade de um ensino de qualidade para todos os/as estudantes como um direito fundamental. Menciona também o papel dos/as educadores no processo de educação escolar. A autora finaliza o capítulo referindo-se à importância de estimular os/as estudantes a alcançar o seu bem-estar, potencial humano e de aprendizagem, reforçando a convicção de que se é aceito/a e acolhido/a por aquilo que se tem vindo a construir.

O quinto capítulo, intitulado “FORMAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA ATUAÇÃO NA MODALIDADE EJA E AS POSSIBILIDADES DE DIÁLOGO COM A JUSTIÇA SOCIAL”, de Paula Medeiros Prado Silvestrini, aborda o processo de formação pedagógica e profissional no âmbito da formação em Educação Básica para a atuação na Educação de Jovens e Adultos, valorizando as suas trajetórias de



vida e reconhecendo, em algumas destas vidas, a exclusão e as injustiças sociais. Além disso, refere-se à importância de “criar espaços/tempos de valorização e recuperação do protagonismo e da autoestima dos estudantes. Os sujeitos do processo têm a possibilidade de serem criadores, críticos e transformadores e de resistirem às estruturas educacionais rígidas e burocráticas que, a serviço do ensino de conteúdos descontextualizados, se esquecem do humano em sua singularidade e impõem aos sujeitos da educação uma heteronomia distante de seus interesses e motivações”.

O sexto capítulo trata das “HISTÓRIAS EM SALA DE AULA: A REFLEXÃO SOBRE VALORES SUBJACENTES ÀS NARRATIVAS”, de Elisabeth Ramos da Silva e Maria José Milharezi Abud. Este capítulo explora a importância das artes, dos valores subjacentes às narrativas e do contar histórias como processos transformadores/transformacionais. As autoras referem-se especialmente à arte como ferramenta que permite refletir e problematizar as realidades vividas pelos/as estudantes e ao mesmo tempo possibilitar mudança.

O capítulo sete, que se intitula “LITERATURA E DIREITOS HUMANOS: PRÁTICA DA EXPERIÊNCIA COMUM E NEGOCIAÇÃO DE SENTIDOS”, de Renata Guerra, relembra os custos da censura no contexto da educação para os Direitos Humanos, dando o exemplo de Marcelo Crivella, prefeito do Rio de Janeiro, que censurou uma imagem de dois rapazes a beijarem-se. Este capítulo trata, precisamente, do acesso à literatura como um direito fundamental para todas as pessoas, sendo crucial para a educação em cidadania, democracia e Direitos Humanos, e fundamental para a experiência de leitura de literatura, especialmente em sala de aula, pois não só proporciona o diálogo e a negociação de significados do texto para todos/as os/as estudantes, mas também a partilha de histórias. E, tal como refere a autora, vivemos “um momento histórico em que os livros, mais uma vez, correm o risco de serem retirados das prateleiras, eles devem voltar para a sala de aula, espaço que é seu por direito”.

O capítulo oito, intitulado “O AVESSO DO MESMO LUGAR: DIÁLOGOS ENTRE O DESFILE DA MANGUEIRA DE 2019, DIREITOS HUMANOS E EDUCAÇÃO”, de Jonas Alves da Silva Junior, conta a história do desfile da Mangueira como contexto histórico e político, a fim de reivindicar um lugar de protesto, de resistência e de relação com a educação e com os Direitos Humanos. Todo o capítulo é pulsante para desocultar as múltiplas formas de violências (e.g., mulheres, índios/as, negros/as, pobres, gays, lésbicas, pessoas trans), trazendo para o debate a relação entre o samba no “lugar” sambódromo, mas também o quanto a resistência inspirada nestes lugares pode igualmente transformar as nossas vidas cotidianas. E tal como pondera o autor: “A transmissão oral dessas histórias por meio do samba possibilita que no presente e no futuro novos narradores possam reconhecer a luta dos povos que foram marginalizados pela história oficial e, mais do que reconhecer, possam dar continuidade a lutas que foram obstruídas pelos ‘vencedores’”.

O capítulo nove, que se intitula “GÊNERO E SEXUALIDADE: DO FOCO NAS DIFERENÇAS AO FOCO NAS RELAÇÕES”, de Mariana Carvalho Teixeira, propõe refletir sobre as relações de gênero e sexualidade segundo um trabalho de Raewyn Connell e outro de Raewyn Connell e Rebecca Pearse. Todo o trabalho da autora Maria de Carvalho Teixeira reforça a importância destes textos para o campo do entendimento dos Direitos Humanos.

O capítulo dez, intitulado “EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO DE PROFESSORES E DIREITOS HUMANOS: O SILENCIAMENTO DAS DISSIDÊNCIAS SEXUAIS NA ESCOLA E NA VIDA”, de Rosângela Aparecida Hilário, propõe diálogos amplos e permite, segundo a autora, em “tom” de provocação, refletir sobre a construção das masculinidades não normativas e das/nas margens, nas escolas de ensino fundamental pública. No seu trabalho, a autora diz também que: “Se ‘Bichas’ Pretas são seres humanos como os demais, é urgente que a escola receba essas pessoas como deve receber a todos: com compromisso, respeito, oferta de um espaço digno e de múltiplas possibilidades”.

O capítulo onze, designado “EDUCAÇÃO BILÍNGUE E OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR QUE ATUA COM ALUNOS SURDOS”, de Warley Almeida Santos, discute a importância da formação de professores/as na educação e inclusão de estudantes surdos/as, através da formação em Língua Brasileira de Sinais (Libras), garantindo a estes/as estudantes o acesso à alfabetização em Libras. Refere que conhecer as realidades concretas do ensino de estudantes surdos/as, atendendo às suas especificidades, contribui para uma efetiva inclusão destes/as na sociedade.

O capítulo doze, intitulado “A FORMAÇÃO DOCENTE EM CURSOS DE EaD COMO DIREITO DE CIDADANIA”, de Maria de Lourdes Ramos da Silva e Marlene Bíscolo Parrilla, trata dos desafios da formação

docente em Educação Básica, especialmente em cursos de Educação a Distância, alargando a discussão à importância desta como direito de cidadania. Apresenta o contexto de surgimento da Educação a Distância como possibilidade de enfrentamento de algumas dificuldades no ensino presencial. Além disso, apesar de existir, ainda, alguma resistência em adotar as metodologias de Ensino a Distância como prática vigente, de facto, as autoras delinchem uma grande importância desta educação para poder alargar os contextos e os/as destinatários/as de aprendizagens. As autoras referem ainda que “é imprescindível refletir sobre a Educação a Distância, já que esta tem ocupado um espaço primordial no desenvolvimento do cenário educacional nacional, quer seja pela oportunidade de acesso ao ensino superior, [...] como também, pela sua inegável contribuição ao desenvolvimento de profissionais na educação”. Este trabalho não poderia ser mais atual e pertinente, especialmente no contexto e condição nacional e internacional em que vivemos, dado que o ensino a distância passou a ocupar o lugar “central” no processo de ensino/aprendizagem mundial.

O último capítulo, intitulado “EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COMO DIREITO: INSTITUTOS FEDERAIS E IDENTIDADE DOCENTE A PARTIR DE UM ESTUDO DE CASO”, de Solema Sanches Valverde e Maria de Lourdes Ramos da Silva, apresenta um estudo sobre narrativas dos processos identitários profissionais de professores/as de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs (e.g., carreira docente, salário, autonomia e jornada de trabalho) e a importância destes/as na implementação de políticas públicas.